

Dinâmicas territoriais e gestão de áreas protegidas: o caso do Parque Natural do Tejo Internacional

A. Paquete^(a), C. Fonseca^(b,c), T. Santos^(b), A. Gil^(b), J. Martins^(a), M. Pereira^(b)

^(a) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL), andrepaquete_@hotmail.com; jomomartins@hotmail.com

^(b) Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA – FCSH/UNL, cfonseca@fcsch.unl.pt; teresasantos@fcsch.unl.pt; alexandragil@fcsch.unl.pt; ma.pereira@fcsch.unl.pt

^(c) CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado, Polo dos Açores – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores.

RESUMO

A conservação da natureza é o principal propósito das áreas protegidas, porém existe também a expectativa de que contribuam para o desenvolvimento regional. Por outro lado, a nível local é frequente a percepção de que as áreas protegidas concorrem para o despovoamento e o abandono do território. Contudo, nos territórios rurais, onde frequentemente se classificam estas áreas, estes fenómenos podem estar relacionados com outros fatores, nomeadamente a perda de relevância económica do setor agrícola. Neste artigo são analisadas as principais dinâmicas que, nas últimas décadas, influenciaram o território do Parque Natural do Tejo Internacional e sua envolvente. O fenómeno de despovoamento já se verificava antes da classificação do Parque e este, pela sua dimensão e características, não influencia significativamente as dinâmicas territoriais dos municípios abrangidos. No entanto, os fenómenos de despovoamento e envelhecimento constituem uma preocupação para a sustentabilidade económica e social do território e da área protegida.

Palavras chave: conservação, áreas rurais, despovoamento, desenvolvimento

1. INTRODUÇÃO

A classificação de áreas protegidas tem como objetivo primordial a preservação de espécies, habitats ou outras ocorrências naturais raras ou de elevado valor ecológico, científico ou cénico. No entanto, existe uma crescente expectativa para que as áreas protegidas gerem impactos positivos nas componentes económica, social e cultural, servindo como motor de desenvolvimento regional (Mose, 2007). Tais expectativas são particularmente pertinentes nas áreas classificadas como Parque Natural (PN), onde existe grande interação entre os elementos sociais e ecológicos e onde a preservação da biodiversidade pode depender de atividades humanas tradicionais.

Em Portugal, apesar do potencial contributo das atividades recreativas e de turismo de natureza, cada vez mais promovidas nos parques naturais, é comum a percepção de que uma área protegida limita as oportunidades de desenvolvimento económico e contribui para o abandono do território (Queirós, 2002, 2012). No entanto, estas áreas, maioritariamente rurais, encontram-se (também) condicionadas pelas suas características intrínsecas e dinâmicas territoriais próprias. Nas últimas décadas os territórios rurais perderam população de forma significativa, a importância da agricultura na economia diminuiu e a inovação tecnológica conduziu ao abandono de práticas tradicionais (Baptista, 2001). Este tipo de dinâmicas é, em muitos casos, difícil de contrariar e reflete-se em alterações na ocupação do solo (Lambin & Meyfroidt, 2010). Entre 1995 e 2007, Portugal Continental perdeu mais de 190.000 ha de área ocupada por agricultura (Caetano *et al.*, 2017). O abandono de sistemas agrícolas e de práticas

tradicionais pode aumentar o risco de incêndios, gerando perdas económicas e de serviços do ecossistema (Pereira & Navarro, 2015). Uma adequada gestão do território requer, portanto, a devida compreensão e consideração das dinâmicas socioeconómicas e de ocupação do solo, exigindo coordenação de políticas e de esforços entre a administração local/regional e a entidade gestora da área protegida.

O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) é um exemplo da interdependência entre os valores naturais e a atividade humana num território predominantemente rural. O PNTI abrange uma área de cerca de 26.490 ha, inserida nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão, onde as atividades agrícolas, pecuárias e florestais são predominantes (ICNB, 2007). A sua classificação, em 2000 (Decreto Regulamentar n.º 9/2000, de 18 de agosto) visou a conservação de espécies da flora e da fauna e de biótopos característicos das paisagens meridionais, sobretudo zonas de montado de sobre e azinho e algumas estepes cerealíferas. Os valores naturais da região justificam ainda outras classificações (Zona de Proteção Especial, Geoparque e Reserva da Biosfera). A NUTS III Beira Interior Sul, onde se insere o PNTI, caracteriza-se pela sua vastidão territorial, interioridade e proximidade à fronteira com Espanha, fatores que influenciam as suas dinâmicas sociais e económicas, com tendência de despovoamento e envelhecimento, embora os concelhos que a constituem registem evoluções distintas (CEDRU, 2008). Este artigo apresenta uma análise exploratória das principais dinâmicas que, nas últimas décadas, influenciaram a evolução do território do PNTI e sua envolvente e que podem constituir aspetos cruciais

para a sustentabilidade da área protegida e para o desenvolvimento local.

2. MÉTODOS

Foram analisados dados relativos aos principais indicadores socioeconómicos para os três municípios abrangidos pelo PNTI, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt) e pelo PORDATA (www.pordata.pt). Sempre que possível foram utilizados os dados oficiais dos censos (1960, 1981, 1991, 2001 e 2011).

Para a análise das alterações ocorridas na ocupação do solo foram processadas as Cartas de Uso e Ocupação do Solo (COS) referentes aos anos de 1990 e 2007, facultadas pela Direção Geral do Território. Com recurso ao software ArcGis procedeu-se à reclassificação da nomenclatura, com a agregação nas seguintes ‘megaclasses’: agricultura, meios aquáticos, floresta, vegetação herbácea, solo descoberto e urbano. Uma vez que a COS 2007 classifica como “Espanha” a área fronteira do PNTI a mesma foi retirada da análise, razão pela qual neste artigo

considera-se que a área do PNTI é de 26.385 ha. Apesar do PNTI ter sido classificado apenas em 2000, os seus limites foram considerados na análise da COS 1990.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 População e economia

Muito antes do PNTI ser criado (ano 2000) este território já registava uma tendência de decréscimo da população residente (Tabela 1). No entanto, a tendência é mais acentuada no município de Idanha-a-Nova, onde a população residente em 2011 era cerca de um terço (32%) da existente em 1960. O município de Castelo Branco, com uma superfície semelhante, apresentava em 1960 uma população com o dobro da dimensão da registada em Idanha-a-Nova, diferença que se acentuou ao longo das décadas. De facto, embora a população residente no município de Castelo Branco em 2011 seja muito inferior à de 1960, foi registado um ligeiro aumento nos últimos dois momentos censitários (2001 e 2011). Tal poderá ser explicado pelo (potencial) efeito polarizador da cidade de Castelo Branco (CEDRU, 2008).

Tabela 1 - Indicadores de caracterização dos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

Indicador	Unidade	Ano	Castelo Branco	Idanha-a-Nova	Vila Velha de Ródão
Superfície	km ²		1.438	1.416	330
Território abrangido pelo PNTI	%		9%	9%	2%
População residente	n.º	1960	63.091	30.418	8.039
		1981	54.908	16.101	5.605
		1991	54.310	13.630	4.960
		2001	55.708	11.659	4.098
		2011	55.909	9.665	3.517
Densidade populacional	hab/km ²	1960	43,9	21,5	24,4
		1981	38,2	11,4	17,0
		1991	37,8	9,6	15,0
		2001	38,7	8,2	12,4
		2011	38,9	6,8	10,7
Índice de envelhecimento	rácio (%)	1960	36,5	40,8	58,2
		1981	83,7	194,8	160,2
		1991	117,6	291,7	289,2
		2001	168	453	522,5
		2011	187,9	492,8	583,7

Naturalmente, a densidade populacional acompanha a tendência geral de diminuição. Em 2011, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão apresentavam, respetivamente, 6,8 hab/km² e 10,7 hab/km², valores entre os mais baixos do país. A baixa densidade, associada ao povoamento disperso (com a exceção da cidade de Castelo Branco), levanta questões relacionadas com o abastecimento de água e energia e a recolha de resíduos, com (potenciais) consequências económicas e ambientais (ICNB, 2007). O problema do despovoamento é acentuado pelo envelhecimento da população.

A evolução do índice de envelhecimento (relação entre a população idosa e a população jovem) nas últimas décadas é consistente, embora com valores distintos nos três municípios. Vila Velha de Ródão e Idanha-a-Nova apresentavam em 2011 populações com valores de índice de envelhecimento entre os mais elevados de Portugal. O envelhecimento generalizado da população portuguesa resulta da queda da natalidade, recuo da mortalidade e fluxos de emigração (sobretudo nas décadas de 1960 e 1970) (Bandeira, 2014).

Em termos de estrutura económica e população empregada, em 1960 o setor primário era preponderante nos três municípios (Figura 1), aproveitando as condições favoráveis da região para a produção hortícola e frutícola. As dinâmicas verificadas nas décadas seguintes evidenciam uma gradual especialização em torno do setor ter-

ciário, embora o setor secundário tenha sido relevante nas décadas de 1980 e 1990, especialmente em Vila Velha de Ródão. Para além do declínio generalizado do setor agrícola, a diminuição de população empregada neste setor também é explicada pela modernização, que reduz a necessidade de capital humano intensivo (ICNB, 2007).

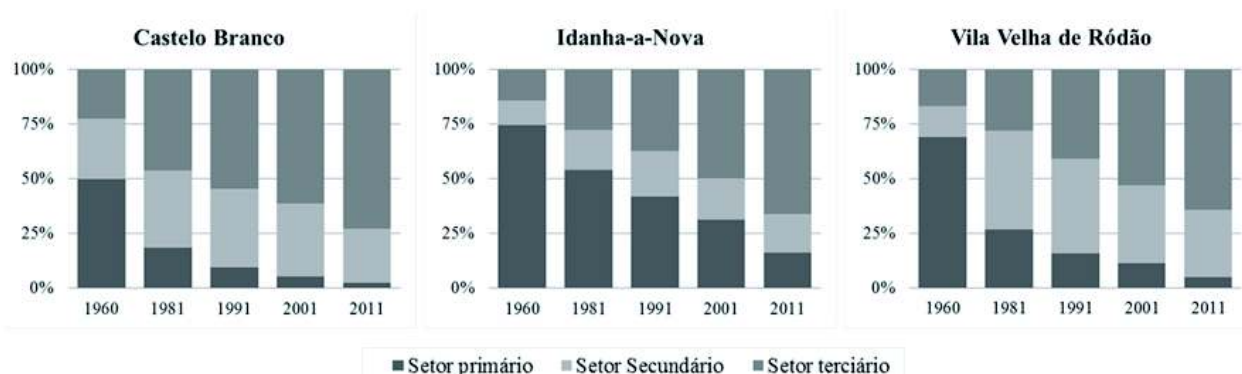


Figura 1 - Distribuição da população empregada por setor de atividade nos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

3.2 Ocupação do solo (1990-2007)

A alteração mais significativa na análise comparativa das COS de 1990 e 2007 (Figura 2; Tabelas 2 e 3) consiste na perda de 54.624 ha de área de floresta no total dos três municípios. Idanha-a-Nova foi o mais afetado, com uma redução de 50%. Paralelamente a esta acentuada diminuição, observa-se o aumento generalizado da área de vegetação herbácea (39.916 ha), sobretudo no município de Castelo Branco que em 2007 apresentava mais 27.214 ha. Provavelmente, parte da floresta perdida resulta da ocorrência de incêndios e algumas dessas áreas ardidas terão sido recolonizadas por espécies herbáceas.

Durante este período, a área ocupada por agricultura no conjunto dos três municípios aumentou em 19.796 ha, mas com contributos distintos. O maior responsável foi o município de Idanha-a-Nova, com um aumento de 18.333 ha. De facto, em 2007, 45% da área deste município estava dedicada à agricultura, apesar da referida diminuição de população empregada no setor primário (Figura 1). O aumento de área de agricultura no território classificado como PNTI verificou-se também em Idanha-a-Nova. No entanto, não foi possível determinar se esse aumento ocorreu antes ou depois da classificação de Parque Natural. Por outro lado, estas áreas parecem coincidir com “áreas de proteção parcial do tipo II” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro), onde os usos agrícolas são importantes para a manutenção dos valores naturais.

As alterações mais significativas no território do PNTI são a perda de 5.304 ha na sua área de floresta (cerca de 37%) e o aumento de 3.451 ha de vegetação herbácea.

A área urbana aumentou em todos os municípios, maioritariamente em Castelo Branco. A expressão desta

classe na área classificada como PNTI é extremamente reduzida (em 1990 representava 0,04%), tendo mesmo registado uma diminuição no período em análise.

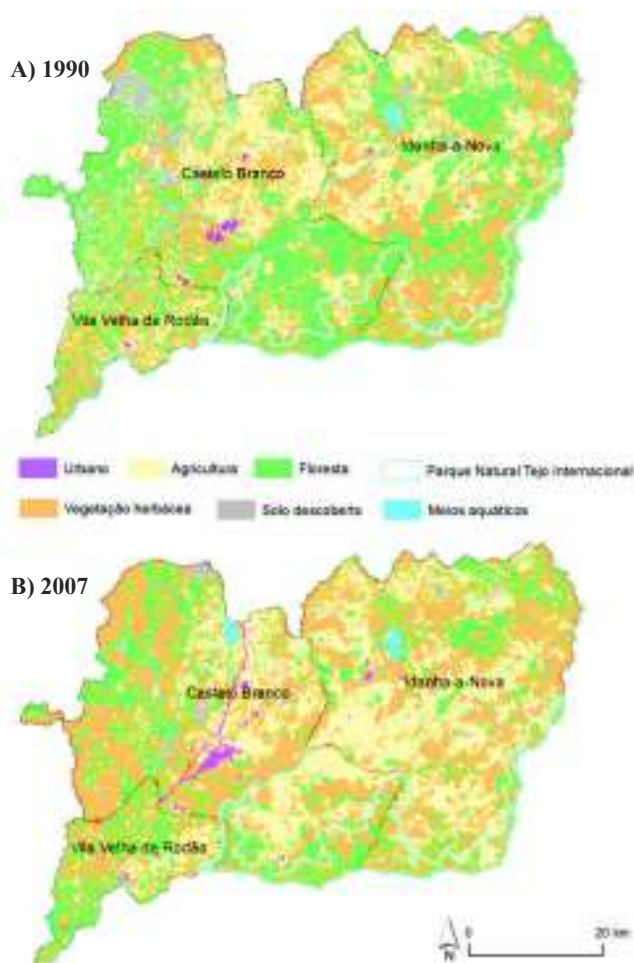


Figura 2 - Carta de ocupação do solo dos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, em 1990 (A) e 2007 (B).

Tabela 2 - Área ocupada por cada ‘megaclasse’ em 1990, por município (unidades em hectares).

1990	Área posteriormente classificada como PNVI	Restante área	Total
CASTELO BRANCO	12.604	131.140	143.744
Agricultura	1.304	42.465	43.770
Meios aquáticos	381	734	1.115
Floresta	7.820	54.672	62.492
Vegetação herbácea	3.096	25.295	28.391
Solo descoberto	0	6.251	6.251
Urbano	2	1.724	1.726
IDANHA-A-NOVA	13.131	128.438	141.569
Agricultura	1.867	43.936	45.802
Meios aquáticos	250	1.365	1.615
Floresta	6.423	41.684	48.107
Vegetação herbácea	4.524	38.893	43.418
Solo descoberto	60	2.000	2.060
Urbano	8	530	538
VILA VILHA DE RODÃO	650	32.335	32.985
Agricultura	76	10.122	10.198
Meios aquáticos	76	485	561
Floresta	130	11.162	11.292
Vegetação herbácea	168	9.249	9.617
Solo descoberto	0	968	968
Urbano	0	349	349
Total	28.385	291.914	318.299

4. CONCLUSÕES

Os dados analisados permitem concluir que o fenómeno de despovoamento já se verificava no território em estudo, anteriormente à classificação do PNVI. A dimensão do Parque, a sua localização e características dificilmente serão suficientes para influenciar de forma significativa (negativa ou positivamente) as dinâmicas populacionais nestes municípios. O envelhecimento da população constitui uma preocupação, não só para a sustentabilidade socioeconómica do território mas também para a sustentabilidade da própria área protegida, principalmente se traduzido no abandono de práticas agrícolas tradicionais. Considerando que a presença e atividades humanas podem constituir um elemento vital na manutenção dos valores naturais e, concomitantemente, um fator de ameaça (dependendo da sua localização e intensidade), estas dinâmicas poderão e deverão ser estudadas de forma mais aprofundada. A coordenação de políticas de conservação e desenvolvimento poderá encontrar um novo espaço de discussão através do novo modelo de gestão em implementação no PNVI, com o envolvimento direto dos municípios na estrutura de gestão, embora não deva ser esquecido que o interesse público que justifica a existência da área protegida é o da conservação da natureza.

5. AGRADECIMENTOS

Este artigo foi parcialmente financiado através do projeto UID/SOC/04647/2013, com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais e quando aplicável cofinanciado pelo FEDER no âmbito do acordo de parceria PT2020.

Tabela 3 - Área ocupada por cada ‘megaclasse’ em 2007, por município (unidades em hectares).

2007	Área classificada como PNVI	Restante área	Total
CASTELO BRANCO	12.604	131.140	143.744
Agricultura	1.275	46.658	47.933
Meios aquáticos	362	1.036	1.398
Floresta	5.505	28.915	34.420
Vegetação herbácea	5.438	50.167	55.605
Solo descoberto	23	1.751	1.774
Urbano	0	2.614	2.614
IDANHA-A-NOVA	13.131	128.438	141.569
Agricultura	3.875	60.280	64.155
Meios aquáticos	164	1.039	1.203
Floresta	3.487	20.779	24.266
Vegetação herbácea	5.546	44.726	50.272
Solo descoberto	55	873	928
Urbano	4	741	744
VILA VILHA DE RODÃO	650	32.335	32.985
Agricultura	36	7.462	7.498
Meios aquáticos	82	647	729
Floresta	77	8.505	8.583
Vegetação herbácea	455	15.009	15.464
Solo descoberto	0	80	80
Urbano	0	631	631
Total	28.385	291.914	318.299

6. BIBLIOGRAFIA

- Bandeira, M.L. (Eds.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Baptista, F. O. (2001). *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta Editora.
- Caetano, M., Igreja, C., Marcelino, F. & Costa, H. (2017). *Estatísticas e dinâmicas territoriais multiescala de Portugal Continental 1995-2007-2010 com base na Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS)*. Relatório Técnico. Lisboa: Direção-Geral do Território (DGT).
- CEDRU (2008). *Beira Interior Sul: Estratégica de Desenvolvimento e Plano de Acção 2007-2013*. Relatório Final. Lisboa.
- ICNB (2007). *Relatório do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional*. Lisboa.
- Lambin, E. F., & Meyfroidt, P. (2010). Land use transitions: Socio-ecological feedback versus socio-economic change. *Land Use Policy*, 27(2), 108–118. <http://doi.org/10.1016/j.landusepol.2009.09.003>
- Mose, I. (Ed.) (2007). *Protected Areas and Regional Development in Europe: Towards a New Model for the 21st Century*. Ashgate.
- Pereira, H. M., & Navarro, L. M. (2015). Rewilding European landscapes. *Rewilding European Landscapes*, 1–227. <http://doi.org/10.1007/978-3-319-12039-3>
- Queirós, M. (2002). O ordenamento do território em Portugal. *Infogeo*, 16/17, 141–150.
- Queirós, M. (2012). Natural Parks in Portugal: A Way to Become More Ecologically Responsible? *Environment and History*, 18, 585–611. <http://doi.org/10.3197/096734012X13466893037189>